

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0305753-2**

Embargante: **Silvy Regina Campello Godoy Vilela**

Embargado: **Banco Itaucard S.A. e Carmelita Moraes dos Santos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

ACÓRDÃO

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE SOBRE A PROPRIEDADE DO BEM. ART. 134 DA LEI 9.503/1997. CÓDIGO DE TRÂNSITO. OBRIGAÇÃO LEGAL DO ALIENANTE. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA ASERÇÃO. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS IMPROVIDOS. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Conforme entendimento desta Corte, as condições da ação, dentre as quais se insere a possibilidade jurídica do pedido, o interesse processual e a legitimidade das partes, devem ser verificadas pelo juiz à luz das alegações feitas pelo autor na inicial. Aplicação da teoria da asserção.

2. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade, delineadas no art. 535 do Código de Processo Civil.

3. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.

4. Embargos de Declaração ao qual se **NEGA PROVIMENTO**. Decisão por unanimidade.

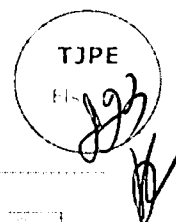
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes Embargos de Declaração, de conformidade com o relatório e voto que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, de de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

Fwsd



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0305753-2**

Embargante: **Silvy Regina Campello Godoy Vilela**

Embargado: **Banco Itaucard S.A. e Carmelita Moraes dos Santos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

RELATÓRIO

Silvy Regina Campello Godoy Vilela interpõe os presentes embargos de declaração em face da decisão de fls. 186/188, a julgou improcedente o Recurso de Apelação interposto pela embargante, cujo acórdão foi assim ementado:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE SOBRE A PROPRIEDADE DO BEM. ART. 134 DA LEI 9.503/1997. CÓDIGO DE TRÂNSITO. OBRIGAÇÃO LEGAL DO ALIENANTE. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA ASERÇÃO. RECURSO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. A obrigação quanto à transferência do título de propriedade do veículo é expressamente atribuído em lei ao antigo proprietário-alienante, nos termos do art. 134 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito);
2. Conforme entendimento desta Corte, as condições da ação, dentre as quais se insere a possibilidade jurídica do pedido, o interesse processual e a legitimidade das partes, devem ser verificadas pelo juiz à luz das alegações feitas pelo autor na inicial. Aplicação da teoria da aserção.
3. Recurso de apelação improvido.
4. Decisão por unanimidade.

Em suas razões recursais (fls. 194/210), a embargante alega, em suma, que a decisão embargada incorre em omissão, contradição e obscuridade, na medida em que foram ignorados os esclarecimentos de fato acerca da causa.

A embargante reiterou os fundamentos de fato e de direito do pedido, no sentido de pugnar pela responsabilidade da instituição financeira embargada em relação aos ônus decorrentes da propriedade do veículo; e, por outro lado, da embargada **Carmelita Moraes dos Santos**, em razão das infrações de trânsito cometidas na condução do veículo nos últimos anos, tendo em vista que o referido veículo foi alienado pela embargante há aproximadamente 7 (sete) anos.

Não houve contra-razões, tendo em vista que a relação processual não chegou a ser aperfeiçoada com a citação dos demandados, ora embargados, conforme certidão de fl. 218.

É o relatório.

Recife, 03 de julho de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº: **0305753-2**

Embargante: **Silvy Regina Campello Godoy Vilela**

Embargado: **Banco Itaucard S.A. e Carmelita Moraes dos Santos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

VOTO DE MÉRITO

Os Embargos de Declaração possuem estreita via de conhecimento devidamente estabelecida no art. 535 do Código de Processo Civil, cingindo-se à ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda, a correção de eventual erro material no julgado.

No caso dos autos, a decisão embargada julgou improcedente o Recurso de Apelação interposto pelo embargante e manteve inalterada a sentença de improcedência da demanda proferida pelo juízo *a quo*, sob o fundamento de que a obrigação quanto à transferência do título de propriedade do veículo é expressamente atribuído em lei ao antigo proprietário-alienante, nos termos do art. 134 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito).

A embargante, por sua vez, alega que a decisão embargada estaria eivada de omissão, contradição e obscuridade, tendo em vista que a relação jurídica entre as partes restaria devidamente caracterizada em razão da assinatura da Autorização de Transferência na data de 29/09/2006, da entrega do veículo alienado à instituição financeira embargada, do contrato de arrendamento mercantil firmado entre os embargados e dos processos nº 0030435-28.2008.8.17.0001 e 0115287-48.2009.8.17.0001.

Ocorre que os referidos fatos alegados pela embargante já foram devidamente apreciados pela decisão embargada, quando esta considerou que apesar da embargante ter comprovado a alienação do veículo à instituição financeira embargada, **não há nos autos qualquer demonstração de que a autora tenha informado o órgão de trânsito acerca desta alienação, nem de que o banco adquirente tenha assumido essa obrigação**, razão pela qual persiste a obrigação da própria autora, ora embargante, de providenciar a transferência da titularidade do veículo, pois até então o bem ainda se encontra na sua esfera patrimonial para todos os efeitos, inclusive em relação aos encargos tributários e quanto à imputação das infrações de trânsito, nos termos do já citado dispositivo legal (art. 134 do Código de Trânsito Nacional). Com efeito, assim dispõe a decisão embargada:

Apesar de comprovar a alienação do bem ao banco demandado, bem como o arrendamento que este último procedeu em favor da segunda demandada, respectivamente às fls. 38 e às fls. 70/73, **a recorrente não comprovou que informou o DETRAN/PE da tradição do bem no prazo legal, em cumprimento ao art. 134 do Código de Trânsito, nem que o banco adquirente tenha assumido a referida obrigação**, restando descaracterizada qualquer relação jurídica obrigacional entre as partes, razão pela qual a sentença recorrida não merece reforma. (fl. 187) - [Destaquei]

A questão, portanto, não trata de caracterizar o negócio jurídico pelo qual a autora, ora embargada, alienou em favor do banco embargado o veículo marca;modelo Renault/Clio RN 1.6 16v, FAB./mod 2000/2001, placa MVK8490 PE, mas sim da comprovação de que a embargante tenha providenciado junto ao Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco - DETRAN/PE a transferência de titularidade, ou de nesse negócio o banco adquirente tenha assumido expressamente essa obrigação, pois do contrário se aplicam as disposições literais da lei.

Mais uma vez o recorrente se limita a repetir as alegações infecundas de que a obrigação de informar o DETRAN/PE acerca da alienação do veículo a fim de promover a transferência da propriedade seria do **Banco Itaucard S.A.**, sem, contudo, apresentar nos autos qualquer prova de tal alegação. Trata-se, assim, de caso em que a parte não se desincumbiu do ônus probatório que lhe compete, conforme art. 333, I, do Código de Processo Civil.

Assim sendo, não se verifica na decisão embargada qualquer omissão, contradição ou obscuridade, nem tampouco erro material, razão pela qual, o intento da embargante nada mais é que rediscutir a matéria, incabível em embargos de declaração. Nessa linha, o STJ, remansosamente, vem decidindo:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - **Tendo a decisão embargada sido expressa quanto aos pontos reputados omitidos, não há que se falar na existência de omissão.** II - **Os embargos de declaração não são a via adequada para rediscutir o mérito da causa.** III - Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1164905/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 24/11/2011) - **[Destaquei]**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO. **REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.** 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. **A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.** 3. **A parte recorrente não indicou nenhuma omissão a ser sanada, motivo pelo qual entendo que todas as questões foram satisfatoriamente analisadas, não sendo caso de acolhimento dos aclaratórios por eventual omissão.** (...) (EDcl na Rcl 4.018/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2011, DJe 18/11/2011) - **[Destaquei]**

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

Fwsd